



ESCREVO SOBRE MIM E POR NÓS: RAÇA, SOLIDÃO E AFETIVIDADE DA
MULHER NEGRA RETINTA NO BRASIL

I WRITE ABOUT MYSELF AND FOR US: RACE, LONELINESS AND
AFFECTIVITY OF THE BLACK WOMAN RETINTA IN BRAZIL

Lucymara da Silva Carvalho

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

lucymara.c@hotmail.com

Maria Aparecida Prazeres Sanches

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

prazerescida1@gmail.com

RESUMO

A escrita desse artigo nasce da minha experiência de solidão sexo-afetiva como uma mulher negra retinta universitária, vivenciada ao longo da minha graduação em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS-BA) entre os anos de 2014-2019. Em diálogo com estudos historiográficos, sociológicos, filosóficos e os conceitos elaborados pela teoria do Feminismo negro, objetivamos compreender e analisar como as angústias e alegrias sentidas no meu corpo podem nos capacitar a entender historicamente o processo de preterimento das mulheres negras no Brasil. Para tal, lançamos mão, do conceito de Escrivivências da escritora Conceição Evaristo, da categoria de análise Corpo-território elaborada pelo geógrafo Eduardo Miranda e das ponderações dos estudos de gênero e raça como metodologia adotada na tentativa de trilhar um caminho, ainda tão pouco convencional na historiografia.

Palavras-chave: Escrivivência, Solidão, Mulher negra, História.

ABSTRACT

The writing of this paper is born from my experience of sexual-affective loneliness as a retinta black woman at university, experienced throughout my degree in History at the State University of Feira de Santana (UEFS-BA) between the years 2014-2019. In dialogue with historiographic, sociological, philosophical studies and the concepts elaborated by the theory of Black Feminism, we aim to understand and analyze how the anguishes and joys felt in my body can enable us to historically understand the process of negro women's neglect in Brazil. To this end, we used the concept of Writings by the writer Conceição Evaristo, the category of Body-territory analysis elaborated by the geographer Eduardo Miranda, and the weightings of gender and race studies as a methodology adopted in the attempt to follow a path, still so unconventional in historiography.

Keywords: Escrivivência; loneliness; Black woman; History.

1. Iniciando a escrita de mim e sobre nós.

O ato de transformar em palavras as emoções vivenciadas no meu corpo-território de menina-mulher negra, sempre foi para mim, um meio de compreender o mundo ao qual me cercava. Foi e ainda é a forma como eu consigo comunicar aos outros o turbilhão de emoções que sinto cotidianamente e que necessariamente, dizem da minha experiência em ser e estar no mundo, habitando um corpo de mulher e negra retinta, em uma sociedade marcada pelo sexismo e racismo.

Uma sociedade que desde a infância e adolescência, foi me ensinando que, ser quem eu era, significava habitar um corpo ao qual seria negado, inclusive a vivência de um amor saudável ao lado de um parceiro afetivo. Escrever tem se mostrado, ao longo da minha vida como uma ferramenta que acesso quando o desejo de comunicar aos outros aquilo que sinto, se faz mais forte do que a dor e a opressão que historicamente silenciam e desautorizam as mulheres negras a falarem sobre si, seja através de textos literários ou acadêmicos, como é o caso do artigo que vos apresento.

Analisando a escrita afro-feminina como lugar de memória afro-brasileira, a partir dos textos de cunho autobiográfico das escritoras negras Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães, a letróloga Amanda Crispim Ferreira (2013) observa que a escrita de si para as mulheres negras se constitui como um ato de desobediência e insubordinação, sendo um movimento de encontro, reconhecimento e superação, que nos diz do processo de escolha que permeia a nossa escrita quando optamos falar o que ninguém costuma querer ou vir. Um ato que pressupõe responsabilidade, com aqueles que leem, mas também com quem escreve, uma vez que, os textos escritos pelas mulheres negras, após publicados, devem afetar outras mulheres ou mesmo atingir aqueles que se incomodam com nossas palavras, sempre carregadas de assertividade, emoção e vivências.

São palavras nascidas das nossas vivências, que Conceição Evaristo denomina como *Escre* (vivências) e que para Ferreira (2013) reflete aquilo que a escritora é, o que pensa, por que ou quem luta, pois, seus textos são escrituras que não tem a intenção de serem neutras, denúncias que objetivam ser explícitas, palavras que são trabalhadas e escolhidas para incomodar, mexer e transformar. São múltiplas histórias de vida, que apresentam aos leitores os desafios diários de Conceição Evaristo e também de várias outras mulheres que escrevem sobre si. Para Evaristo (2005), a escrita a partir dessa perspectiva da escrevivência explicita as aventuras e desventuras de

quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, a de ser mulher e negra. Palavras que surgem das experiências sentidas nos nossos corpos-territórios. Corporeidades que tem sido julgadas e pautadas academicamente, sempre do olhar do outro, daqueles que embora possam visualizar o que é ser negra no Brasil, não sentem em si mesmo o que é pertencer a um corpo feminino e negro.¹

Daí surge a necessidade da escritura desse artigo, anseio que se faz, não somente pelas minhas necessidades enquanto indivíduo, mas que diz do próprio caráter coletivo do conceito de Escrivência (FERREIRA, 2013), uma vez que ao falar do que eu experienciei no meu corpo-território dou vazão às inúmeras histórias de solidões sexo-afetivas de mulheres negras que habitam a memória.² São muitas as histórias que trago em mim e que apresentarei a vocês nas próximas páginas, a partir da minha vivência de solidão sexo-afetiva durante a minha graduação em História na UEFS, localizada na cidade de Feira de Santana no Estado da Bahia. Assim, a minha escrita, não se pretende imparcial e não subjetiva, do contrário! Através dela tentarei traçar uma relação direta entre a minha vivência e a de outras mulheres negras no Brasil. Tal perspectiva, tem como precursoras no Brasil as intelectuais negras Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento que desde a década de 1980 vem apontando a necessidade de uma análise em que a condição racial e de gênero pudessem ser relacionadas. Mais recentemente na historiografia esse debate tem sido discutido pela historiadora negra Giovana Xavier que ressalta a importância da escrita em primeira pessoa para mulheres negras.

Em diálogo com estudos historiográficos, sociológicos, filosóficos e as conceituações elaboradas pela teoria do Feminismo negro, objetivo compreender e analisar como as inquietações, angústias e alegrias sentidas no meu corpo-território (MIRANDA, 2014) pode nos capacitar a entender historicamente o processo de preterimento das mulheres negras no Brasil. Para realizar tal feito, utilizo-me do conceito de escrevência de Conceição Evaristo e da categoria de análise

¹ Para discussão sobre a percepção construída sobre o corpo no mundo ocidental ver: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002. p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento.

² O primeiro historiador baiano a se utilizar da nomenclatura relacionamentos sexo-afetivos foi o conhecido pesquisador Alberto Heráclito Ferreira Filho, em sua dissertação de mestrado sobre a condição feminina em Salvador no início da Primeira República defendida no ano 1995. Anteriormente a este trabalho, a categoria ligada à sexualidade e a afetividade em muitos casos eram desconectadas uma da outra, o historiador então propôs uma discussão na qual os dois conceitos estavam interligados, numa tentativa de dar conta de analisar as interações experienciados por homens e mulheres Cis, que se relacionaram sexualmente e afetivamente fora do padrão do casamento proposto no início do século XX.

acerca da ideia de corpo-território formulada pelo geógrafo Eduardo Miranda. Para Miranda (2014) a utilização dessa categoria:

propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. (MIRANDA, 2014: p. 69-70).

A utilização dos conceitos de corpo-território e escrivência se mostraram essenciais na construção desse artigo uma vez que, me permitiram compreender e potencializar a ideia da escrita de si como uma ferramenta metodológica para escrever academicamente sobre temas que perpassaram a minha trajetória de vida. Ademais é importante sinalizar que é no corpo que a solidão da mulher negra se faz tão evidente, pois, são através dos signos de beleza, sempre associados à branquitude que nossos corpos negros passam a se constituir como indesejáveis, feios e poucos atraentes nos relacionamentos afetivos. (PACHECO, 2008).³

A minha escrita deixa de ser apenas um meio de diálogo interior e se torna um ato político, demarcando a importância que da escrita de si para mulheres negras no universo acadêmico. E diz da necessidade de nós como negras, tornamo-nos sujeitos das narrativas historiográficas e não apenas objetos de estudo. Espero que as minhas escrivências possam contribuir positivamente para os leitores desse artigo, sobretudo para a construção da autoconfiança e o autoamor nas mulheres negras que escrevem e devem acreditar que podem escrever e publicar aquilo que sentem e pensam!

³ Os estudos sobre a branquitude no Brasil têm como um dos seus maiores cânones a análise realizada pela psicóloga Maria Aparecida Silva Bento, no texto intitulado Branqueamento e Branquitude no Brasil. Nesse com plexo estudo, a autora nos aponta que uma das raízes do preconceito racial brasileiro está relacionada ao processo de construção do medo do outro, elaborado na Europa em contextos anteriores a colonização e trazida para o nosso país ao longo dos séculos, sobretudo após o contato com os homens e mulheres negras africanas que foram escravizados aqui. Bento (2002) aponta que o racismo vivenciado no Brasil está assentado no medo do negro, a partir da projeção dos brancos em relação a estes. Ela ressalta que ao passar dos anos, principalmente no início da Primeira República, a ideia de que as problemáticas sociais é sempre culpa das populações negras foi se construindo em articulação com os discursos médicos, juristas, criminológicos e psicologizantes, fundamentando até os dias atuais todas as atitudes racistas dos brancos que se beneficiam da estrutura racista presente em nossa sociedade.

2. Ser mulher negra universitária em uma sociedade racista: uma análise sobre a construção de ser mulher negra no Brasil.

Os espaços nos quais uma mulher negra retinta e periférica repousa seu corpo após um longo dia de trabalho ou de estudo não são muitos. No meu caso, posso dizer, com grande tranquilidade, que os transportes públicos se transformaram ao longo dos 4 anos de graduação em História na UEFS (2014-2019) em um espaço propício para realização de uma autoanálise e também um momento de relaxamento.

Quem já andou de transporte público, com certeza, vai me entender. São tantas pessoas, tantas preocupações, medos, dores, pressa, pressa, pressa, que dificilmente alguém repara numa menina-mulher com fone no ouvido, rindo e se remexendo. Pois bem, todos os dias, eu arrumava minha bolsa, colocava meus objetos de estudo, o fone, um biscoitinho integral e saía apressada para minha pequena viagem diária. Lembro-me de, que durante a graduação, aquele tempo de cerca de duas horas, da minha casa até a universidade dos “outros e brancos”, era ironicamente um dos momentos em que eu mais pensava sobre a minha vida, especialmente sobre os meus relacionamentos sexo-afetivos.

Envolvida nos debates que aconteciam no meu curso acerca da seletividade de cor das nossas escolhas amorosas, eu passava grande parte do meu tempo livre, tentando compreender como ser negra retinta e de cabelo crespo me colocava em situações desconfortáveis em relação as minhas amigas, também negras, mas de pele clara e de cabelos cacheados. Para mim essa questão se mostrava inicialmente como um verdadeiro enigma, pensava: como poderia sofrer preterimento em um curso de graduação, em que grande parte dos estudantes eram negros? Não entendia o porquê que o racismo no meu corpo era mais incisivo do que nas negras mais claras. Nas festas culturais promovidas pelos estudantes, sempre me deparava com a dor do preterimento afetivo. Os meninos negros e brancos com frequência só falavam comigo, na presença das minhas amigas mais claras e em muitos momentos me ignoravam nos corredores da UEFS e eu pensava: o que eu tenho de errado? Assim como o relato de Carvalho (2017), eu também me olhava no espelho, me arrumava e tentava ser agradável, mas lá estava eu: esquecida e preterida sexo-afetivamente.

Todas essas questões povoavam a minha mente e o sentimento de ser invisível para os homens me acompanhava onde quer que eu fosse: na universidade, nas ruas, nos passeios com

as amigas e nos encontros em família. No entanto, creio que o vai e vem das pessoas nos transportes públicos impulsionava, em mim, ainda mais essa sensação. Eu me sentia literalmente invisível e por isso me permitia sonhar e rir sozinha sem tantas preocupações com a opinião alheia, afinal, para mim, ninguém reparava no que eu fazia ou deixava de fazer.

Entrava no ônibus afobada, às vezes angustiada e cansada, sentava-me numa das cadeiras altas do lado da janela, ajeitava a roupa e ao iniciar a playlist com minhas músicas preferidas sentia que algo disparava dentro de mim, era invadida constantemente pelo desejo de ser amada, tocada por um homem, e com muita constância me violentava, repetindo para mim: que era errado sentir esse tesão todo, esse desejo do amor, já que todos sabiam que eu não era uma mulher bonita, daquelas que encontram um homem preto para chamar de seu! Ao menos era isso que os meus pensamentos me diziam. Todo esse anseio era perpassado por uma necessidade de me enquadrar dentro de uma lógica de relacionamento, espelhado em um ideal de feminilidade branca de classe média.

Eram desejos que falavam de toda uma construção que foi sendo elaborada no Brasil, ao longo do século XX em torno daquilo que se pretendia estabelecer como modelo de relacionamento sexo-afetivo entre homens e mulheres. Padrões que fossem coerentes com as expectativas de um país de que pretendia civilizar-se e modernizar-se a luz de padrões europeus e necessariamente branco, perpassados fortemente por um discurso racial. (QUIJANO, 2005). Esse processo de modernização atingiu em proporções diferentes as cidades brasileiras, através da veiculação dos ideais modernistas pelos periódicos locais, músicas, filmes, livros e revistas tendo um papel fundamental na consolidação de modelos de condutas morais a serem seguidos pelas mulheres, na tentativa de serem lidas como respeitáveis. (MALUF E MOTT, 1998; RAGO, 1991).

Meus pensamentos, assim, iam de acordo a lógica patriarcal e cristã, na qual as mulheres foram pensadas como sujeitos que deveriam abrir mão dos seus desejos eróticos e sexuais em prol da honra, dos bons costumes e da criação dos seus filhos. Apontava todo um referencial de construção histórica da mulher negra no Brasil republicano, pautado por uma colonização dos gostos e anseios dos seus corpos-territórios, sempre a partir de um referencial de mulheres brancas.

Para a historiadora Sueann Caulfield o conceito de honra no nosso país, esteve diretamente imbricado com a construção do ideal de nação brasileira na Primeira República. Segundo a autora, a noção de honra e moralidade que foi propagada no início do século XX não apenas fizeram parte do projeto civilizatório brasileiro, mas fundamentaram a própria ideia de nação que

foi alicerçada em dois pilares: na propagação do modelo de família burguesa e na manutenção das hierarquias sociais que reproduziam as assimetrias de gênero e as clivagens de raça e classe.

Caulfield (2000) observa que a noção de honra que se estabeleceu esteve atrelada a vigilância da sexualidade e das práticas experienciadas pelas mulheres, promovendo uma constante discussão jurídica e política, em relação a interferência do Estado nas relações afetivas/sexuais dos sujeitos e a tentativa de normatizar os corpos femininos que se afastavam do ideal de honra e moralidade almejado. Segundo a historiadora este discurso normativo teve um peso ainda maior sobre os corpos das mulheres negras que, durante a gestação do nosso modelo de república, foram alvos de discursos médicos e criminológicos que afirmavam a tendência das negras a promiscuidade, devassidão e erotismo. Esses discursos negativavam toda expressão de desejo que destoava da maternidade e do casamento e que se relaciona a experiência de vida de mulheres negras, as quais estavam inseridas em outros formatos de relacionamentos sexo-afetivos.

Pensando o contexto baiano nas primeiras décadas do século XX, o historiador Alberto Heráclito, na sua dissertação de mestrado, e a historiadora Maria Aparecida Sanches na sua tese de doutorado, problematizam justamente essa divergência entre o cotidiano vivenciado pelas mulheres negras baianas na cidade de Salvador e as expectativas em torno do ideal de mulher que se propagava na Bahia, sem que levassem em consideração as experiências sexo-afetivas das mulheres negras pobres como legítimas e moralmente aceitáveis.

Com a criação do Código Civil de 1916 que reiterava os preceitos conservadores da sociedade e mantinha a indissolubilidade do casamento, Sanches (2010: p. 215) aponta que a partir da incisão dos discursos de modernidade sobre as condutas das mulheres negras e pobres, os formatos de relação comuns no século XIX para população negra e pobre, como o amasiamento, passaram a ser julgado como imoral, sendo associado à prostituição.⁴ Ao longo do século XX a figura da mulher prostituta passa a se constituir como antônimo a mulher de família, e a prática da prostituição passa a abarcar diferentes formatos de relacionamentos amorosos que não se encaixavam no padrão branco e burguês. (RAGO, 1991).

⁴ Para Prazeres (2010) o amasiamento se referia a um modelo de relacionamento sexo-afetivo duradouro, vivenciado entre homens e mulheres Cis, que não perpassavam pelo contrato matrimonial, mas que nem por isso eram vistos pela sociedade como imorais e desrespeitosos, ainda que o homem fosse casado formalmente e mantivesse ao mesmo tempo essa relação extraconjugal com sua amasia. Modelo que a partir das primeiras décadas do século XX passa a ser interpretado pelos discursos morais acerca do casamento como uma ameaça ao ideal de relacionamento que se pretendia construir no Brasil republicano moldado em torno do contrato matrimonial.

Heráclito (1994: p.120) pontua que as classes populares e negras não podiam tecer no nível de vivência o modelo de relacionamento das elites, para qual os casamentos teriam uma função de preservação e manutenção da riqueza e do prestígio social. As mulheres populares estavam nas ruas lutando pelas suas sobrevivências o que possibilitava as mesmas um maior gerenciamento das suas próprias vidas, afastando-as assim do ideal de comportamento esperado para as mulheres esposas e donas do lar. Assim, os corpos das mulheres negras, que já eram objetificados desde o período escravocrata, passaram a sofrer com um discurso moral e científico no período republicano, uma vez que, em junção, os dois afirmavam que as mulheres negras não seguiam os preceitos morais esperados para mulheres, sem levar em consideração, que as suas vivências sexo-afetivas não poderiam ser equiparadas a de mulheres brancas, porque elas carregavam na pele toda negação do amor que atingiam as pessoas negras.⁵

No entanto, para o historiador, ainda que essas mulheres fossem impossibilitadas de vivenciar o modelo de relacionamentos das elites, as mesmas não deixaram de assimilar esse ideal no qual, a condição essencial para ser mulher estava associada à sua inserção - dentro do matrimônio e consequentemente a assunção do papel de “dona do lar”, que tem sido assegurada historicamente para as mulheres brancas, mesmo empobrecidas, mas não para as negras. Se por um lado a modernidade cobravam das mulheres brancas e negras uma inserção no universo do casamento e da maternidade, como símbolos de respeitabilidade e condição inata da mulher, por outro lado, se produziam discursos que criaram e perpetuaram uma ideia de que, os corpos das mulheres negras estariam aptos para os outros, tanto na realização dos serviços domésticos, quanto na satisfação sexual dos homens, colocando-as numa condição de preterimento quando o relacionamento ultrapassava o caráter passageiro. (PACHECO, 2008).

Esse dado era visivelmente presente nos meus relacionamentos sexo-afetivos, que tinham como principal característica a brevidade do tempo de início ao período de término. Ao passar dos namoricos eu fui notando, como o mesmo discurso proferido pelos homens negros os quais eu me relacionava, ao mesmo passo em que enalteciam meu corpo negro, minhas curvas e “bunda grande”, me preteria quando a relação começava a caminhar para um compromisso mais formal, a exemplo de um namoro. As justificativas eram muito parecidas: você é uma mulher incrível, mas o problema sou eu! Não estou pronto para corresponder a expectativa criada por você! De

⁵ Para uma discussão sobre os efeitos do racismo e sexismo na construção dos preconceitos associados às mulheres negras no Brasil, ver: GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984: p. 223-244.

todo modo, eu sempre terminava sozinha e com a sensação de que o problema era comigo, quando na verdade, ele se relacionava tanto a questões pessoais, quanto a essa construção do corpo negro feminino como promiscuo discutida pelos autores mencionados acima.

É interessante perceber, como essa construção racial, juntamente com os discursos sobre o gênero feminino incidiram no meu corpo e no de outras mulheres negras, submetendo-nos a duas formas de opressões que foram historicamente nos desautorizando a sermos lidas como mulheres “respeitáveis” ou mesmo desejáveis para um relacionamento formal. Giovana Xavier (2013) tece um estudo sobre a indústria de cosméticos que nos auxilia a compreender um pouco mais sobre essa questão.

Partindo de uma perspectiva transnacional, a historiadora analisa a imprensa negra e a indústria de cosméticos nos Estados Unidos e em São Paulo entre as décadas de 1900-1930 e ressalta que a ideia da respeitabilidade para as mulheres negras nos pós abolição e início da república brasileira, esteve associada necessariamente a uma clivagem racial. Dessa forma, para as mulheres negras ser respeitáveis naquele momento, significava embranquecer-se, alisar os cabelos, amenizar os traços que a aproximassem do passado de dor e escravidão ainda tão recente. O ideal almejado pelas mulheres de cor, como Xavier (2013) denomina, se alinhavam a uma expectativa de torna-se um pouco mais clarinha, de pele alva, e com aparência “respeitável”. Os seus corpos foram a alteridade de um modelo normativo que pensava o ser mulher a partir da experiência e dos direitos garantidos às mulheres brancas, e nesse caso específico, o de serem elegidas como as “verdadeiras mulheres”.

Em que pese as especificidades com que esse processo foi vivenciado nas cidades brasileiras, é interessante perceber como esse discurso de modernização racista que Anibal Quijano (2005) nos aponta, atravessou a forma como os homens e nós mulheres negras no Brasil, fomos nos construindo enquanto negros, pardos, mestiços, moreninhos e toda sorte de denominações que suavizava e ainda suaviza o peso de ser negro no nosso país.

Na cidade de Feira de Santana, lugar de onde escrevo, esse processo de modernização, foi apontado pelos historiadores Diego Lino e Clóvis Oliveira como vigente até meados do século XX entre as décadas de 1940 e 1970.⁶ Eles perceberam que também na cidade feirense, essa insistência em seguir os padrões normativos postos para mulheres de elite foi bastante incisivo,

⁶ Para uma discussão mais ampla sobre como o processo de modernização em Feira de Santana foi fortemente movido por discursos e práticas racistas ver: OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. Canções da

levando os homens e as mulheres negras a adotaram posturas estratégicas, numa tentativa de negociar com as imagens negativas construídas acerca dos seus corpos e embranquecer-se socialmente. Para Lino e Oliveira (2020) as populações negras feirenses, diante da premissa que ser negro naquele contexto era ser associado a todo tipo de adjetivos degradantes, se utilizaram do que eles chamam de “confusões de cor”, para se enegrecer ou se embranquecer de acordo com as necessidades que sua realidade lhe impunha. Eles observam que:

Para os não brancos, uma das formas de dizer-se outra coisa que não preto foi dar outro nome. Muitos nomes surgiram num esforço de não ser preto: moreno, mulato, escuro, mestiço, pardo escuro, pardo claro.... As confusões da cor expressam o com senso brasileiro de que é melhor ser qualquer outra coisa que não preto. (LINO; OLIVEIRA, 2020: p. 428).

Isso nos dá brecha para entendermos, sobre a forma como o racismo funciona no Brasil e sobre como ele moldou a própria percepção do ser ou não negro, sobretudo a partir dos gradientes de cores de pele. Ou seja, quanto mais escuro se é mais a raça será destacada, daí é muito mais compreensível o meu sofrimento diante o das minhas amigas negras de peles claras, já que por ser negra retinta eu experienciava o racismo de maneira muito mais intensa, mesmo em espaços ocupados majoritariamente por pessoas negras como era o módulo de história da UEFS. Para Oracy Nogueira (2006), a grande questão do preconceito racial vivencia do no nosso país se relaciona justamente com esse caráter de miscigenação e preterimento a tudo que está associado ao ser negro. O preconceito racial vivenciado pelos negros no Brasil é orientado por uma questão de “marca”, ou seja, para o sociólogo o que vai definir se um indivíduo é negro ou não na nossa sociedade são seus traços negroides, a cor de sua pele, textura de seu cabelo, e todos os demais traços que o liguem a características lidas como próprias do povo negro.

Partindo desse pressuposto, de que quanto mais escuro e com traços lidos como negroides, mais um sujeito tende a experienciar o racismo de forma mais explícita e perversa, o autor ressalta como o processo de miscigenação, tão característico do nosso país, foi uma das alternativas que os homens negros utilizaram para embranquecer-se nem que seja socialmente, preterindo assim as mulheres negras, pois enegrecer, grosso modo, não era uma opção que garantisse bons frutos. A miscigenação, assim, não foi pensada para o enegrecimento dos homens, mas somente

cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

como uma possibilidade de se afastar de tudo o que tornasse os sujeitos mais negros e consequente alvos em potencial do racismo. O preterimento das mulheres negras, nesse caso, se mostra como uma característica importante do preconceito de marca brasileiro, que oferece concessões aos indivíduos negros dentro de espaços pensados para brancos, sem que se modifique a estrutura racista. Casar-se com uma mulher negra, nessa lógica, seria ir de contra a uma estrutura racista e sexista, uma vez que, o corpo das mulheres negras ao mesmo passo que eram inferiorizados, eram também sexualmente objetificados.

Em *Gênero, raça e ascensão social*, um texto clássico de Sueli Carneiro escrito no final da década de 1990, período relativamente próximo ao que nós estamos escrevendo, a autora discute justamente o padrão de comportamento percebido em muitos homens negros, que após alcançaram uma condição financeira mais confortável optam, por se relacionarem com mulheres brancas. Em uma outra análise, Carneiro (1995) ressalta que uma das consequências do racismo na vida afetiva deles seria a tendência em se afastarem de mulheres que os fizessem lembrar do lugar de subalternidade destinado as pessoas negras na sociedade brasileira, uma história de derrotas e fracassos que, segundo ela, nenhuma mobilidade social é capaz de apagar. (1995: p. 552). Para filosofa, ao se casarem com as mulheres brancas, os homens negros estariam finalmente se aproximando da vivência dos homens brancos, os quais ela entende como os únicos sujeitos que realmente possuem poder e direito de nomear, valorar as coisas e as pessoas dentro das relações sociais.

Tais reflexões foram de suma importância para que eu pudesse compreender porque o anseio de estar junto a um homem e a negação dessa vivência afetiva se mostrava tão intensa na minha experiência como mulher negra retinta e de cabelo crespo. Entender as construções imagéticas criadas historicamente no Brasil sobre as mulheres negras se mostrou necessário, pois foi nesse bojo de expectativas que crescemos, o que nos coloca diante de uma aparente contradição. Ou seja, por mais que nós, mulheres negras possamos agir e nos posicionar, a partir de um referencial da feminilidade branca, nós não somos brancas e isso em si, já nos põe em espaços distintos na sociedade.

O sofrimento que sentia no início da graduação, dessa forma, mostrava o quanto eu fui ensinada a alimentar o ideal da mulher branca dona de casa, que abre mão do exercício dos seus sonhos e sexualidade e vive em função dos seus filhos, marido e familiares, mesmo que na vida

prática essa vivência se mostrasse inadequada para meu próprio corpo-território. Diante das tentativas frustradas de enquadrar o meu corpo dentro um padrão negado para ele, eu me esforçava ao máximo para construir um caminho possível de respeitabilidade que me afastasse das construções imagéticas hipersexualizadas acerca dos corpos das mulheres negras, negando consequentemente todos os meus desejos, e punindo a mim mesma a cada vez que eles emergiam. É sobre isso que falaremos melhor no tópico a seguir.

2.1. A importância do poder erótico e do amor para as mulheres negras.

Para a feminista negra, escritora e poeta Audre Lorde a nossa sociedade ocidental, construiu historicamente, um cenário no qual o uso do erótico pelas mulheres foi e é forte mente reprimido e julgado, fazendo com que, mesmo as feministas desconfiassem do seu poder erótico ou olhassem para ele com aversão. A autora afirma que, se por um lado o superficialmente erótico foi incentivado como símbolo da inferioridade feminina, por outro, as mulheres vêm sendo levadas a se sentirem desprezíveis pela existência dessa energia em seus íntimos. O erótico para escritora não diz respeito somente ao ato sexual em si, mas alcança um lugar entre a incipiente consciência de nosso próprio ser e o caos de nossos sentimentos mais fortes. É um senso íntimo de satisfação ao qual, uma vez que o tenhamos vivido, sabemos que podemos almejar. (LORDE, 1984: p. 2).

Essa consciência do meu próprio ser, dos meus anseios e vontades se expressavam através das inúmeras cenas de amor criadas por mim ao longo da minha graduação, mesmo quando eu insistia em esquecer que, para além de estudiosa, eu era uma mulher que queria ser atraente e desejada pelos homens. Lorde (1984) observa que nós mulheres fomos criadas para temer o sim que existe dentro de nós quando se trata do uso do erótico. No entanto, a autora nos adverte que o medo dos nossos desejos sexuais é o que possibilita que eles se tornem indiscriminadamente poderosos, já que suprimir qualquer verdade é dotá-la de uma força insuportável. Sendo assim, faz todo sentido que os meus sonhos de amor se repetissem dentro de mim, dia após dia, na ida e na volta para universidade, na forma dos mais variados pensamentos e imagens.

Imaginava uma noite quente de amor, regada a falas apaixonadas e corpos nus. Em outros dias, planejava todo um relacionamento, inclusive as brigas, essa era a minha parte predileta, não havia maior diversão! Eu sonhava até em ter brigas para depois me reconciliar numa madrugada afetuosa e safada. Nesse vai e vem de imaginação e negação, eu ria das falas de amor que eu

mesmo inventava para tapar a solidão que vivenciava. Eram sonhos que projetavam uma vida as quais as mulheres brancas e as negras mais claras tinham acesso, enquanto eu apenas almejava. Uma verdadeira quimera, que só servia para legitimar as experiências afetivas de outras mulheres e “denegrir” e maldizer a minha.

Eu criava as noites, os dias, os filhos, a sogra, a casa amarela com flores na entrada; tinha tempo de sobra para isso, eram tantas voltas até a universidade que dava para inventar um romance a cada dia. Costumava imaginar cenas de amor, dentro de uma lógica patriarcal/racista/classista no qual as mulheres/Cis/brancas esperam ansiosamente a chegada dos seus homens, “bem-nascidos”, que aparecem de carro para levá-las para uma linda e cara noite de amor.

7

O interessante é que, mesmo acreditando com toda certeza, que o amor era uma quimera para mulheres como eu, em muitas viagens dentro do transporte público, eu me permitia viver um amor recíproco e não importava que não fosse tão real assim! Ao menos dentro de mim ele existia e, por alguns momentos, conseguia acreditar que seria amada, que aquele sonho talvez um dia se tornasse realidade e era maravilhoso! Entretanto, como a marca do abandono na vida de mulheres negras é historicamente tão presente, na grande maioria dos dias, as histórias seguiam outro roteiro: encontro, apaixonamento e abandono.

Era um ato libertador e ao mesmo tempo triste, o sonho de ter um homem para chamar de meu reverberava em mim com tanta força que vivia dias diferentes, mas, sentia as mesmas sensações, incômodos e principalmente essa ausência. Ausência esta que se fazia tão presente, sobretudo porque, nessa busca incessável de um amor romântico, eu deixava de lado todas as outras formas de amor e de afetividade que já existiam na minha vida.⁸ Uma busca desgastante e que me causava um senso de isolamento muito intenso. Sentia-me solitária na minha dor. Era como se só eu vivenciasse isso, mas ao longo do tempo entendi que não, eu não era a única menina negra a se sentir preterida nas suas relações amorosas! No entanto, entre os anos de 2014

⁷ A cisgeneridade é uma condição de gênero em que o indivíduo se identifica com o gênero feminino ou masculino que lhe foi atribuído desde o seu nascimento. Para uma discussão aprofundada a respeito do conceito de cisgeneridade ver: VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., e MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016: p. 249-270.

⁸ Para entender um pouco mais sobre a construção do ideal do amor romântico, ver: GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

e 2016 essa temática ainda era muito pouco conhecida na academia em contexto brasileiro. Intensificando-se aos poucos, principalmente após a publicação em 2013 da tese de doutorado da antropóloga Ana Cláudia Lemos Pacheco que foi defendida em 2008.

Neste trabalho, a autora, a partir da narrativa de vida de vinte e cinco mulheres negras baianas solteiras e de diferentes camadas sociais, constrói uma análise sobre a forma como as mesmas significaram e entenderam o preterimento afetivo-sexual em suas trajetórias. Pacheco (2008) observa que até a publicação do seu trabalho, tudo o que encontrávamos sobre a afetividade da mulher negra no Brasil se inseria dentro dos estudos demográficos que se voltavam a entender estatisticamente os relacionamentos inter-raciais no país, entretanto após a disseminação do seu estudos na academia e na redes sociais, verificamos um aumento nos inúmeros relatos de mulheres negras falando sobre a vontade de amarem e serem amadas, em sites jornalísticos e no Youtube, com a atuação das influenciadoras digitais negras.⁹

Além disso, em algumas produções literárias escritas por mulheres negras sobre o amor é possível perceber como as personagens negras narradas também carregavam em seus seios o desejo de ter um “homem para chamar de seu”. Dentre esses romances podemos citar o livro *Becos da Memória*, escrito por Conceição Evaristo. Em uma das suas histórias, ela nos fala da vontade que a jovem Nega Tuína carregava consigo, mesmo diante de tanto sofrimento. Evaristo (2017) nos conta que a jovem negra era órfã de pai e mãe e acostumou-se a viver sem afetividade, mas, à medida que se tornava mulher, crescia dentro dela um sentimento, um desejo, motivado sobretudo pela convivência com outras mulheres negras:

A medida que crescia, só tinha um desejo: ter uma casinha sua, ter um homem seu. Ela ouvia as negras mais velhas falar dos seus homens e isso acendia um desejo em Nega Tuína. Filhos, principalmente filhos. Ela queria de montão, um, cinco, dez, treze filhos. Ela queria treze filhos. Até o dia da partida, Nega Tuína não trabalhou nem dormiu mais tranquila. Só tinha uma imagem na cabeça, a do moço totó, nu da cintura para cima, suado, reluzente. O corpo negro sobressaindo entre as alvas flores de algodão (EVARISTO, 2017: p. 52).

Tuína crescera com o sonho de ter seu próprio lar, seu homem e filhos. Após ser convidada pelo moço totó para ir embora com ele da fazenda em que trabalhavam, Evaristo (2017) afirma que a nega passava o dia e a noite imaginando o corpo suado do preto que em breve seria

⁹ Muitos dos textos lidos sobre solidão da mulher negra durante a graduação, foram publicados no Portal Geledés - Instituto da Mulher Negra, o qual recebe continuamente textos escritos por mulheres negras a partir das suas vivências afetivas, dando visibilidade a uma temática tão importante.

seu marido, seu homem! Essa narrativa de nega Tuína não é incomum entre as mulheres negras cis/hétero. Na minha história, essa vontade do amor recíproco, do sexo, do corpo de um homem colado ao meu, não era diferente do ardor que nega Tuína sentia quando olhava o seu homem de longe. No trajeto até a universidade dos brancos e em muitas noites solitárias em que o único abraço que tinha era o meu, questionava-me como seria suportar uma vida inteira sem poder vivenciar junto a um parceiro o que Lorde (1984) chama do poder do erótico.

Essa certeza que nunca seria suficientemente boa, bonita e sexy para ser amada, contrariava todo o padrão que impõe que as mulheres se casem ou que estejam inseridas em relacionamentos lidos pela sociedade como respeitáveis para vivenciarem a sua sexualidade. Dessa forma, ao mesmo passo que os meus desejos e sonhos reproduziam essa norma eles também me violentavam por ser eu, uma mulher negra retinta e naquele momento preterida afetivamente. Não se tratava apenas de enfrentar a estrutura patriarcal e a solidão, mas de perceber e entender como o cruzamento das opressões de gênero e raça impunha limites na minha vivência afetiva e sexual, uma vez que, os meus desejos sexuais estavam sempre conflitando com a imagem da negra promiscua e “fácil” que foi se construindo historicamente e que eu constantemente tentava me afastar.

E com essa ressalva, não quero afirmar que os sonhos amorosos das mulheres negras não são importantes, mas sinalizar a necessidade de nos questionarmos enquanto negras sobre as origens deles e de problematizarmos quais sonhos realmente são nossos e quais aprendemos a sonhar; quais ideais se alinham a nossa identidade e personalidade e quais se afastam completamente da nossa experiência de ser e estar no mundo? Esse exercício é necessário para que esses anseios não se transformem em um verdadeiro tormento, fonte de angústias e de insatisfação pessoal. Além disso, esta prática pode nos auxiliar a construir um horizonte no qual a vivência do amor possa ser construída a partir de referenciais que dialoguem com nossa experiência de vida, e que não considerem como válido apenas o sentimento amoroso vivenciado dentro de um relacionamento sexo-afetivo, mas todos aqueles em que possam nos trazer calma, conforto e a segurança de que temos alguém para compartilhar as nossas angústias e alegrias.

Faz-se necessário entender que o ato de amar extrapola as dimensões dos desejos sexuais, sem que se anule a sua importância, e está presente nas relações com os nossos amigos, familiares e todos aqueles a que nos propomos a amar. Para Bell Hooks (2000), as mulheres negras em processo de descolonização precisam compreender a necessidade de serem amadas, de poderem

pedirem ajuda, de se permitirem ser acolhidas e cuidadas, pois para a autora o amor seria uma das fontes de cura de todos os sofrimentos causados pela dura experiência da escravidão. Mesmo falando da escravidão vivenciada pelos negros dos Estados Unidos a leitura de Hooks (2000), tem sido um bálsamo e um verdadeiro ensinamento, sobre a importância de nós mulheres negras brasileiras, cultivarmos o autoamor e, diante disso, expandir essa afetividade nas nossas relações sociais, reconhecendo nossas necessidades afetivas e também a dos sujeitos que nos cercam.

Esse reconhecimento do amor, como uma fonte de cura proposto por Hooks (2000), pode nos ser útil também na valorização e validação dos nossos desejos sexuais, das nossas fantasias e do poder do erótico, que carregamos dentro de nós. O cultivo do autoamor junta mente com uma vivência plena do nosso erotismo nos autoriza a quebrar em nós mesmas as construções discursivas que foram elaboradas historicamente pela branquitude acerca do nosso corpo negro, nos dando, talvez, uma das chaves para nossa libertação de tantos “nãos” que dizemos aos nossos desejos de sermos amadas, desejadas e respeitadas.

2.2. O feminismo negro e o entrecruzar das opressões: a escrita negra e feminina como ferramenta de empoderamento para mulheres negras.

O aprofundamento da compreensão da minha negritude me levou a entender que mesmo sendo lida como mulher, o meu corpo-território passava por processos específicos à minha condição racial que a teoria feminista clássica não dava conta de me explicar. Tal como outras mulheres negras, notei que o feminismo branco não contemplava as minhas pautas, tampouco explicava o porquê do sentimento de inferioridade em relação as meninas brancas e negras de pele clara que convivi durante a graduação. Era uma teoria que não falava do meu corpo-território e que trazia questões que não me ajudavam a me compreender enquanto mulher negra.

Nesse processo de autodescobrimento e de conflitos, uma das principais ferramentas de empoderamento foi a leitura de textos escritos por mulheres negras que sentiam incômodos muito semelhantes ao meu, dentre estas a ativista e escritora Stephanie Ribeiro, a jornalista Máira Azevedo, a escritora Bell Hooks e a filósofa Sueli Carneiro. Eram escritas, que assim como as minhas, falavam das alegrias e angústias sentidas nos nossos corpos negros; narrativas que se aproximavam de inúmeras questões experienciadas por mim, em especial a solidão sexo-afetivas. Na medida em que fui percebendo que esses estudos me fortaleciam, passei a estudá-los e a me

impor um ritmo de leituras que ultrapassavam a quantidade mínima exigida nas disciplinas obrigatórias, participando assim de reuniões em grupos de estudos acadêmicos que falavam sobre a condição da mulher negra no Brasil.

Esse empenho, digamos assim, me possibilitou trilhar um caminho duplo: o do autocohecimento e também o do reconhecimento da coletividade como fundamental para meu fortalecimento enquanto uma mulher negra estudiosa ou, como Bell Hooks (1995) pontua, uma intelectual negra. Essa coletividade foi encontrada por mim, nos inúmeros diálogos travados com mulheres negras e também brancas que estavam dispostas a compreender mais sobre o racismo e o nosso feminismo. A construção desse caminho teve um papel não somente formativo para mim, enquanto futura historiadora e professora, mas me deu oportunidade de compreender as especificidades que acometiam a minha vida por ser eu, uma mulher negra.

Acredito que os estudos tiveram e têm para mim o mesmo papel estratégico que ocupou na vida de Bell Hooks (1995), o de me tornar a minha própria testemunha, minha própria analista, capacitando-me para entender as condições sociais que me cercam e ao mesmo tempo elaborar um espaço no qual eu pudesse construir uma identidade possível. Foi um momento confuso, invadida que era por sentimentos dúbios. Uma fase de reconhecimento a qual tantas outras negras acadêmicas já passaram e que por mais dolorosa, também é criadora de frutos positivos. Passei a me entender enquanto negra e a compreender também o que isso significava e foi no feminismo negro que encontrei acolhimento e explicações para questões que até então não faziam sentido para mim, como a solidão afetiva/sexual que vivenciava.

Tive então a oportunidade de conhecer as pautas levantadas desde a década de 1970 por mulheres negras feministas e de me tornar paulatinamente uma feminista negra.¹⁰ Segundo Moraes e Silva (2017) o Feminismo Negro foi criado nos Estados Unidos, e tem como principais referenciais teóricos as pesquisadoras e ativistas afro-americanas Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, Bell Hooks, Patrícia Collins, Ângela Davis e no contexto brasileiro a antropóloga Lélia Gonzáles e a filósofa Sueli Carneiro. Para as autoras o ponto elementar de tal corrente teórica diz respeito à perspectiva multifocal proposta pelas autoras negras que defendem que a transforma-

¹⁰ Para discussão sobre o papel formativo do movimento negro no Brasil ver: GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017

ção social só será efetivada a luz da compreensão de que: o sexismo, a opressão de classes, a identidade de gênero e o racismo estão interligados e atuam conjunta mente da vida das mulheres e dos homens negros.

Em consonância ao movimento dos Estados Unidos notamos que, no Brasil o debate acerca do feminismo negro surgiu na década de 1980 da necessidade do que Sueli Carneiro aponta como um processo de enegrecimento de feminismo clássico. Segundo Carneiro (2003), à medida que as mulheres negras brasileiras iam tomando consciência das especificidades inerentes à sua condição racial, elas passaram a considerar outras problemáticas que não se relacionavam apenas com seu gênero, mas que estavam também relacionadas a sua cor e inevitavelmente a sua classe, uma vez que, para a filósofa o reconhecimento da condição de gênero entre mulheres negras e brancas dentro do feminismo clássico não se desdobrava naturalmente em uma solidariedade racial intragênero.

A luz de tais problemáticas desse período, a jurista e ativista Kimberlé Crenshaw se propôs a fazer uma articulação das opressões de gênero, classe e raça cunhando em 1989 o conceito da interseccionalidade, que para a mesma seria:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que flu em ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002: p.117).

Moraes e Silva observa (2017) que o conceito de interseccionalidade proposto por Crenshaw surge em um momento no qual as contradições entre políticas de identidade e políticas de justiça social nos EUA estavam muito evidentes pois, ao mesmo tempo, criticava-se o silêncio sobre as diferenças internas dentro de grupos de sujeitos, como por exemplo o próprio Movimento Feminista e o Movimento Negro. Para as autoras, esses conflitos provocavam um silenciamento das mulheres negras no feminismo, que em sua origem sempre considerou apenas a vida e as experiências das mulheres brancas. Por outro lado, elas também eram oprimidas dentro de organizações negras pelos seus amigos e companheiros negros que reproduziam uma lógica machista sobre as mulheres negras.

O feminismo negro foi sendo construído por mulheres que se notavam duplamente excluídas e silenciadas dentro das suas relações, tanto profissionais quanto nas áreas mais íntimas

das suas vidas e que se utilizaram da escrita de si como um ato político que trouxe para as discussões acadêmicas e ou não, as especificidades de suas vivências e as necessidades sociais de mulheres negras, como a hipersexualização dos seus corpos, a falta de oportunidade no mercado de trabalho e ainda o preterimento afetivo/sexual nas relações experienciadas tanto com homens negros quanto com brancos.

Embora lutassem dentro dos movimentos negros com os seus companheiros de cor, as feministas observavam que muitos deles, via de regra, optavam por se relacionarem com mulheres brancas ou embranquecidas socialmente, como um símbolo de ascensão social (CARNEIRO, 1995). Levando em consideração a quantidade de relatos atuais que nos apontam esse mesmo problema, podemos concluir que os homens negros integrantes dos grupos de militantes negros, mesmo com toda uma discussão política, efetiva e necessária, ainda não conseguiram realmente repensarem seu posicionamento frente a forma como muitos tratam as mulheres negras com as quais se relacionam.

3. Concluindo sem concluir: uma partida amorosa.

Diante de tantas angústias, alegrias e incertezas, vivenciadas ao longo da graduação em História e de todo aprendizado acumulado, em conversas com amigas e amigos também negros, em palestras na universidade, em vídeos das influenciadoras digitais negras, e sobretudo através da leitura dos textos das feministas negras, passei a compreender que muito do que sentia como uma mulher negra retinta, embora tivesse ligado a aspectos específicos da minha trajetória, também era um efeito produzido pelas entrecruzadas opressões de gênero e raça no Brasil. Entretanto, ao mesmo passo em que essa percepção me permitiu ter um melhor embasamento teórico, e uma sensação de pertencimento a um grupo, ela também alimentou o medo que já tinha no que se refere à solidão, pois o que imaginava era que, diante de tal estrutura opressora, eu não teria muitas escolhas a não ser aceitar que de fato, era uma mulher que seria alvo da dor para toda vida.¹¹

Se no início da graduação os meus maiores questionamentos me motivavam a compreender porque eu sentia tanta dor, atualmente eles se dão a partir de uma outra problemática, que é a de tentar entender quais são as positivities e potencialidades que nós mulheres negras já

¹¹ Para uma discussão sobre a vivência da dor na vida das mulheres negras como elemento aglutinador, ver: PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. Editora Nós, 2017.

carregamos e que ainda podemos construir, principalmente nas nossas áreas de atuação, no meu caso a historiografia. Venho então, construindo um movimento duplo de fazer emergir dentro de mim e nos meus textos, acadêmicos ou não, narrativas que me lembrem das positivities de ser uma mulher negra que possam servir de suporte para o cultivo do meu autoamor. Ao mesmo passo, seguindo os caminhos abertos por Giovana Xavier, ratifico a importância política da escrita de si para mulheres negras, como parte fundamental do processo de sujeição e não mais objetificação dentro dos estudos historiográficos.¹²

Nesse movimento complexo e coletivo, vou percebendo que, ainda que a dor esteja presente em maior ou menor intensidade nas vidas das mulheres negras, acredito que é importante considerarmos as experiências de felicidade e sucesso, vivenciadas pelas nossas mães, avós, tias e amigas, mesmo quando não são valorizadas pela sociedade patriarcal, sexista e racista em que vivemos. Esse reconhecimento é útil tanto para produzir uma aproximação em relação às mulheres que se parecem com nós, quanto para não esquecermos que a alegria e o amor entre o povo negro também pode ser um elemento aglutinador e não somente a dor.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Suely. *Gênero, Raça e Ascensão Social*, Estudos Feministas, v. 3, nº 02, 1995.

_____. *Mulheres em Movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, p. 7-372, 2003.

CARVALHO, Lucymara. S. *A Mulher Invisível*. Geledés. 27/04/2017. Geledés, 2017. Dispo nível em: <<https://www.geledes.org.br/a-mulher-invisivel/>> Acesso: 26 de setembro de 2020.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas. Ano 10, 1º semestre, 2002.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 3. ed, 2017.

_____. *Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face*. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 2005. p. 201-212.

¹² Para compreender um pouco mais sobre a necessidade de emergência dos elementos aglutinadores positivos em nossa sociedade ver: Santos, Boaventura S. Para uma sociologia das ausências e das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280, 2002.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque Imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FERREIRA, Amanda Crispim. *Escrevivências, as lembranças afro-femininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

HOOKS, Bell. *Intelectuais Negras*. Revista Estudos Feministas, v.3, nº 2, 1995.

_____. *Vivendo de amor*. In: Werneck, J. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000. p.197.

LINO, Diego; CLÓVIS, Oliveira. “Vá bater naquele negro que eu garanto”: marcadores raciais na Bahia (1940-1960). Em tempo de Histórias, Brasília-DF, n. 36, p. 423-440, 2020.

LORDE, Audre. *Os usos do erótico: o erótico como poder*. Traduzido por Tatiane Santos. Disponível em: <<https://cadernetafeminista.wordpress.com/2015/07/09/os-usos-do-erotico-o-erotico-como-poder-por-audre-lorde/>> Acesso: 30/08/2020.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. *Recôndito do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 368- 421.

MIRANDA, Eduardo O. “O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral”: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014

MORAES, E. L.; SILVA, Lúcia Isabel. *Feminismo negro e a interseccionalidade de gênero, raça e classe*. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v. 7, p. 58-75, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 2008.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-142, 2005.

RAGO, M. *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *As Razões do Coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador (1889/1950)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2010.

XAVIER, Giovana. *Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 429-450, 2013.

* * *

Lucymara da Silva Carvalho: Mestranda em História social, na linha de pesquisa Cultura, Identidades e Linguagens, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Minha área de interesse se direciona as seguintes temáticas: gênero, raça, prostituição, memória, família, decolonialidade, cidade, feminismo negro, escrita afro-brasileira. Atualmente, desenvolvo pesquisa voltada para a discussão do conceito de família e prostituição na cidade de Feira de Santana entre as décadas de 1950-1970.

Maria Aparecida Prazeres Sanches: Posuo graduação em Licenciatura Em História pela Universidade Federal da Bahia (1990), Mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (1998) e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Atualmente sou professora Adjunta B da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tenho experiência em ensino e pesquisa na área História, com ênfase em História da Bahia e História da República, atuando principalmente nos seguintes temas: relações conjugais, mulheres pobres, relações raciais, gênero, namoro, defloramento, família, casamento e cultura popular.

Artigo recebido para publicação em: 10 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 02 de dezembro de 2020.

Como citar:

CARVALHO, Lucymara da Silva; SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Escrevo sobre mim e por nós: raça, solidão e afetividade da mulher negra retinta no Brasil. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na escrita da História dos Brasis. Rio de Janeiro, nº. 20, 2020. pp. 153-174. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.54865.

